

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2015
(Mandato 2013/17)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTÉM 16 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2015 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 00,15 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	3
= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =	4
= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =.....	4
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =	8
= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL=	10
= AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO =	15
= DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	15
= DA LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	15
= FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DOMÍNIO PÚBLICO =.....	15
ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA.....	16
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=.....	16
= ENCERRAMENTO =.....	16



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia trinta de novembro do ano de dois mil e quinze. -----

----- Registou-se a falta de André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD), Palmira Ribeiro da Costa (PS); José Augusto Viana de Sousa (PSD); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (Independente); António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD). -----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira - e dos Vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD); Maria José Brito Lopes Moreira (PS) e Janine da Mata Azevedo Soares. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Mesa da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- Participou a substituição dos membros que comunicaram que não estavam presentes:-----

----- Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD), Presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende foi substituído por José António Lages Oliveira, Tesoureiro. -----

----- Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Ivan Mata de Moraes, depois de convocada Maria Iolanda Cerqueira Pereira, que por impedimento não pode estar presente. -----

----- André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD) foi substituído por Vítor Domingues. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD), presidente da Junta da freguesia de Rubiães foi substituído por Cederike Daniel Cerqueira Cunha, tesoureiro da mesma Junta. -----

----- O vereador Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD) justificou a falta e foi substituído por Janine Soares. -----

----- José Pereira da Cunha foi convocado para substituir José Augusto Viana de Sousa mas não compareceu, tendo apresentado pedido de justificação. -----

= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

----- **Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão anterior.** -----

----- Distribuída a listagem da correspondência recebida, o presidente da Assembleia Municipal fez menção à comunicação remetida pelo Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira onde é informada a pretensão de avançar com petição pública a propor a alteração da atual Lei das Finanças Locais, especificamente, os critérios de atribuição do Fundo Geral Municipal. Foi decidido informar da disponibilidade para participar em reunião, a marcar. -----

----- **A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.** -----

----- Os membros Ivan Mata de Moraes; Cederike Daniel Cerqueira Cunha; Fernando Inácio Pereira Fernandes e João Paulo da Cunha Alves, não votaram, por não terem estado presentes. -----

= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

----- **Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e emissão de votos e moções.** -----

= INFORMAÇÕES DAS COMISSÕES =

----- Dada a palavra aos representantes das comissões, **Eduardo Cerqueira**, da Comissão de Toponímia, prestou informações sobre a realização de reuniões dias 26-11-2015 e 9-12-2015, onde foram aprovadas as propostas de denominação de vias, apresentadas pela União de Freguesia de Formariz e Ferreira e Freguesia de Castanheira. -----

----- Informou ainda que a proposta apresentada pela União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende foi discutida nas duas reuniões, onde foram sugeridas alterações a propor à União de Freguesias para apreciação em reunião, a marcar brevemente. -----

=APRESENTAÇÃO DE VOTOS E MOÇÕES =

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento em 30 de setembro, de Porfírio José Loureiro, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PSD subscreveu o voto de pesar. -----

----- **Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Foi guardado um minuto de silêncio.**-----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata foi apresentado um voto de louvor ao Doutor Tiago Brandão Rodrigues, empossado na Assembleia da República, com a aprovação do programa do Governo, o XXI Governo Constitucional, onde se inclui como Ministro da Educação. -----

----- Pelos Grupos Municipais do Partido Social Democrata e Partido Socialista foram apresentados dois votos de louvor e congratulação pela posse, como Ministro da Educação, no XXI Governo Constitucional, do Doutor Tiago Brandão Rodrigues, destacado courense de mérito. -----

----- O Presidente da Assembleia considerou os votos consensuais e propôs a fusão dos mesmos que originou o voto que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- **Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Antes da apresentação do voto, a representante do Grupo Municipal do PS, Rosalina Martins, destacou a representação da Mesa da Assembleia e do Executivo Camarário que, nesta sessão, é maioritariamente feminina, considerando a sua luta pela igualdade de género, no acesso das mulheres a lugares de topo. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD foi apresentada uma proposta de pedido ao Governo do cumprimento de promessas eleitorais, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.

----- **Presidente da Câmara**, depois de cumprimentar os presentes, considerou a proposta apresentada pelo PSD, como uma boa proposta, mas pediu coerência.-----

----- A Assembleia da República, sob proposta do Governo do PSD, aprovou o encerramento do Tribunal, agora surgem os membros do PSD a defender a reabertura do Tribunal, sem que tenham reivindicado oportunamente ou feito qualquer comunicação pública. Extinguiu as freguesias e os membros do PSD na Assembleia Municipal aparecem a defender nova reorganização. Denominou esta atitude de “a verdadeira política”. -----

----- Solicitou tranquilidade, porque os interesses do Município serão defendidos até às últimas consequências, de forma rigorosa e assertiva, nunca na praça pública e nunca com a imposição de fasquias do PSD. Também defende uma justiça de proximidade e considera absurda a deslocação das pessoas de Paredes de Coura para Valença com o consequente congestionamento do Tribunal de Valença. Também entende que o Tribunal tem de regressar a Paredes de Coura, porque os courenses são tão cidadãos como os que vivem nos grandes centros urbanos. -----

----- Quanto à via de acesso à autoestrada disse que a União Europeia considera que Portugal está dotado de boas vias de comunicação, no entanto, pode, excecionalmente, contemplar a execução de acessos às zonas industriais, desde que complementados com planos de expansão industrial. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo recorde executaram um estudo prévio e tudo o que lhe está associado, estudo de impacto ambiental, mapa de expropriações, encontrando-se o projeto em fase de avaliação pela CCDR. Esta é apenas uma possibilidade de um melhor acesso à zona industrial. Mas, não há nada em concreto. -----

----- Por fim, disse já ter efetuado muito trabalho junto do atual Governo, quer na questão do Tribunal, quer na ligação do acesso à zona industrial e independentemente de a proposta do PSD poder ser chamada de oportunismo político, congratulou-se com a sua preocupação. -----

----- **Rosalina Martins:** disse concordar com os esclarecimentos do presidente da Câmara, mas chamou a atenção para as medidas políticas tomadas pelo PSD, no último mandato: a pseudorreforma da justiça que teve os resultados que teve, com o encerramento de dezenas de tribunais; a famigerada política de educação que ninguém aplaude; o atual funcionamento do Centro de Saúde. Quanto à questão da união das freguesias, lembrou a luta desta Assembleia, a argumentação usada pelo PSD e a má receção no Parlamento da comitiva de Paredes de Coura. Que o PSD esteve todos estes anos a defender estas políticas, portanto, por todos estes motivos, não votaria favoravelmente esta proposta, bem como por já haver uma plataforma de negociação com este Governo. -----

----- **Dinis Fernandes:** diferenciou o PSD a nível local e a nível nacional e convidou a consulta das atas das sessões anteriores desta Assembleia para constatarem que a posição do PSD, relativamente a esses assuntos, foi sempre a favor dos interesses do concelho. Nem sempre o discurso do PSD concelhio alinhou com o discurso do PSD nacional. Que Coura está em primeiro lugar e sempre que houve políticas contra os interesses do concelho alinharam com a posição do PS. De que não os podem acusar de estarem a dizer antes uma coisa e agora outra, muito pelo contrário, além de que, sempre defenderam os interesses do concelho nas estruturas do partido embora sem resultados. -----

----- **Submetida à votação a proposta foi rejeitada com a seguinte votação: 18 votos contra do PS; 9 votos a favor (8 do PSD e 1 independente) e 3 abstenções (2 do PSD e 1 do PCP).** -----

----- Pelo grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentado um voto louvor pelos empossados na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, do Comandante, Filipe Esteves; do Segundo Comandante, Luciano Viana e do Adjunto, Leandro Pereira. -----

----- **Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.** -----

= INTERVENÇÕES POLÍTICAS =

Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais.-----

----- **João Paulo Alves (PCP):** cumprimentou os presentes e manifestou satisfação em estar presente, após um período de ausência. Enalteceu o ensino de qualidade no concelho e o esforço de todos, que permitiram aos alunos atingirem os objetivos a que se propuseram. Fez referência ao primeiro-ministro António Costa e à forma como conseguiu apear António José Seguro do cargo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ocupava, prometendo a todos os socialistas uma vitória fácil, contra, segundo ele, o pior primeiro-ministro da história portuguesa. Perante um cenário eleitoral, extremamente fácil, conseguiu a proeza de perder as eleições e quando muita gente já fazia prognósticos do seu futuro político, deu a volta por cima e conseguiu, depois de um processo de histeria coletiva, chegar onde queria, como pode e, não comentava isso, sendo hoje, de forma legítima, primeiro-ministro. Salientou o forte contributo do grupo que representa para que isso acontecesse. Disse ser evidente que o PCP deixou de ser o “bicho papão” da democracia e conseguiram retirar do poder um grupo de pessoas que tinha adotado um conjunto de políticas extremamente negativas para o país. Independentemente do que representa, tem a noção de que estes anos foram muito difíceis e muito complicados. -----

----- No seu entender e no entender do grupo que representa, apresentou um conjunto de medidas que poderiam ser implementadas nos próximos quatro anos, que considerou justas, e que poderiam fazer parte de qualquer programa de partido que pensasse ser poder em Portugal: fim dos cortes salariais à função pública; renovação das políticas dos mínimos sociais, o que significa repor valores de 2011, rendimento social de inserção; complemento solidário de idosos e abonos de família; propor em sede de concertação social o aumento do salário mínimo nacional de 505 para 530 euros; fim do regime de requalificação de mobilidade; redução do pagamento das taxas moderadoras; reforço da capacidade do sistema nacional de saúde; revisão da despesa da comparticipação do Estado nos medicamentos para tratamento de doenças crónicas, muitos cortados de forma cega; melhorar a qualidade do ensino através da progressiva redução dos números de alunos por turma, com trinta alunos por turma não há qualidade de ensino que resista; criação de mecanismo de aquisição, retorno e gratuidade dos manuais escolares; reforçar a ação social escolar aumentar o valor das bolsas, aumentar o número de alunos elegíveis para essas bolsas, para que toda a gente possa estudar neste país; revisão do IMI: introduzir a progressividade para os imóveis mais valiosos; remissão da execução fiscal por parte dos bancos quando as casas têm valor superior à dívida ao banco; revisão do aumento das coimas, elas têm que existir, mas há valores mais do que exagerados. Qualquer Governo, independentemente da área política, tem de ter em atenção que todo o cidadão tem direito a um quotidiano estável. É isso que distingue as sociedades humanizadas. Estas medidas, possivelmente, serão defendidas nestes quatro anos, porque são medidas qualquer Governo pode tomar. -----

----- Entende que António Costa não tenha a obrigação de voltar atrás com a reorganização administrativa porque concordou com ela, mas tem a obrigação moral e política da reorganização judicial com a reposição dos tribunais em todas as sedes de concelho que o perderam. -----

----- Disse ser sempre contra maiorias, quer a nível nacional, quer a nível local. Prefere a discussão e os consensos e de que o atual Governo vai ter sempre de negociar. Acredita que nas próximas legislativas o voto seja consciente e de que o PCP e o Bloco de Esquerda venham a ser prejudicados, mas concordou com o que se passou e espera que estas medidas que enunciou cheguem a bom porto, para o bem de todos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Rosalina Martins (PS):** disse que a reorganização administrativa das freguesias de Lisboa justificava-se pela fragmentação e dimensão dos territórios. Foi um processo pacífico e de consenso, feito pela Assembleia Municipal de Lisboa juntamente com a população. -----

----- Consta do programa eleitoral de António Costa que o processo de reorganização administrativa será novamente discutido. -----

----- Quanto às medidas, enumeradas por João Paulo Alves, que qualquer Governo deveria tomar, disse estar de acordo, mesmo, apesar de o PCP ser considerado pela direita um partido radical. -----

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Presidente da Câmara:** relativamente à informação escrita disse que as dúvidas que quisessem levantar seriam esclarecidas. Explicou que as verbas relativas a fornecedores de imobilizado são as dívidas aos empreiteiros no valor de € 14 210,53; outros credores: no valor de € 444 976,86, tem a ver, sobretudo, com a dívida de Carlos José Fernandes, Lda e outra firma; o Fundo de Apoio Municipal trata-se da contribuição do Município, que apesar da sua exigente situação financeira, contribui com quase quinhentos mil euros para outros municípios; os depósitos em instituições de crédito são à volta de um milhão e trezentos mil euros; as operações orçamentais, no valor de seiscentos e vinte um mil euros, são os fundos do Município; as operações de tesouraria são as receitas arrecadadas de terceiros, verba que engloba o valor das garantias bancárias e de outras instituições (CGA;STAL;SS; IRS; SINTAP, ADSE; etc.). A seguir estão os empréstimos. -----

----- Fez referência à diminuição da dívida e simultaneamente ao investimento, considerando que, gerir é poupar sem perder a capacidade de investir e, com prudência e sensatez, continuam a assegurar o futuro de Paredes de Coura. -----

----- **António Esteves**, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo, cumprimentou os presentes e referiu que para a execução, por empreitada, do caminho de Baltar, em Bico, foi feita, previamente, a rede de saneamento pelos trabalhadores e pessoal técnico do Município. Enalteceu esse trabalho, quer técnico quer dos trabalhadores, pelas dificuldades surgidas. Quis deixar o seu testemunho de reconhecimento pelo mérito e brio na sua execução. -----

----- De seguida e quanto à iluminação pública, considerando o aumento da rede domiciliária, a população vai pedindo mais candeeiros. Verificou a substituição por lâmpadas Led nas zonas industriais e pediu o mesmo trabalho para as freguesias. Disse não querer um candeeiro em cada casa mas, tendo em conta a população cada vez mais idosa, há caminhos que precisam de mais luz. Relativamente ao ponto de água do Rio Mau, chamou a atenção para o mau estado da vedação e dos perigos que daí podem ocorrer. Solicitou ainda a reposição dos marcos delimitativos entre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesias de Castanheira e Bico devido à intervenção na estrada principal da Área Protegida do Corno de Bico. Que a equipa de sapadores pode dar informações mais concretas. Por fim, solicitou a remoção de um ninho de vespa asiática, em Cascalha.-----

----- **Manuel Barbosa**, presidente da Junta da freguesia de Padornelo, solicitou a resolução das obras de saneamento de Padornelo, atendendo ao estado intransitável da via. Apelou à Câmara Municipal para interceder junto da Infraestruturas de Portugal (antiga “Estradas de Portugal”) para a colocação de rails de proteção na estrada nacional que atravessa Padornelo, considerando que os peões de granito não oferecem garantias de segurança. -----

----- **Dinis Fernandes**, porta-voz do PSD, alertou para a necessidade de passadeiras de peões, na estrada de acesso a Lamamã, junto à Escola Secundária e para a gestão de tempo dos semáforos, que provoca grandes congestionamentos, nos períodos de início e fim de aulas.-----

----- **António José Alves**, presidente da Junta da freguesia de Romarigães, questionou para quando o abastecimento de água ao lugar de Pisco. Falou, ainda, do aspeto de abandono da Casa Grande de Romarigães, local bastante visitado e património que deve ser preservado. -----

----- **Celestino Rodrigues**, presidente da Junta da freguesia de Castanheira, apelou para a reparação de candeeiros de luz pública, tendo em consideração o reparo de um habitante da freguesia que salientou as diferenças relativamente à iluminação da zona industrial.-----

----- **Presidente da Câmara**: agradeceu o reconhecimento do Presidente da União das Freguesias de Bico e Cristelo, pelo trabalho executado na sua freguesia. Acerca da iluminação pública admitiu o altruísmo nos apelos dos presidentes de junta mas considerou ainda não ser possível manter a luz ligada durante todo o período noturno. Seria uma medida que, sob o ponto de vista político, poderia trazer vantagens, mas o momento não é oportuno. Analisou os consumos energéticos e informou que no ano de 2013, foram gastos 240 mil euros em iluminação pública; no ano de 2014, houve um aumento para 272 mil euros e em 2015, devido ao aumento do IVA e da alteração de tarifários a despesa chega aos 278 mil euros. Acredita que com a substituição das luminárias para Led, a decorrer, poderá economizar de forma a acudir aos casos mais prementes. Neste momento, não pode aumentar a despesa por ter de garantir receita para a ação social. A substituição das luminárias nas zonas industriais justifica-se pela vitalidade que elas estão a demonstrar e, em Castanheira, há pelo menos uma fábrica que funciona vinte e quatro horas por dia. -----

----- Relativamente ao saneamento de Padornelo, disse que o diferendo com o empreiteiro, que se arrastava há demasiado tempo, está resolvido. Como a decisão foi favorável ao Município, haverá recursos para efetuar a reparação. Quanto à Estrada Nacional verifica-se o perigo depois da limpeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das bermas. Disse que diligenciaria junto da “Infraestruturas de Portugal” para a colocação de rails de proteção. -----

----- Quanto à passadeira de peões junto da Escola Secundária iria avaliar a situação. Considerou-a pertinente na medida em que garantia a segurança dos estudantes. Prevê que a verba orçada, de dois milhões de euros, para a remodelação da Escola Secundária, permitirá arranjos exteriores. Informou da intenção de executar um passeio e da boa vontade dos proprietários na cedência de terreno, bem como de projeto elaborado, para a sua execução, já apresentado na “Infraestruturas de Portugal”. Comprometeu-se em insistir na sua aprovação. -----

----- Para o abastecimento da água ao lugar de Pisco, em Romarigães, disse já haver trabalho prévio, por isso, brevemente, será concluído. -----

----- Quanto ao abandono da Casa Grande de Romarigães, informou que após reunião no Instituto Geográfico e de Ordenamento do Território, em Lisboa, aguarda a vinda de uma comissão para avaliar a possibilidade de executar obras para criação de uma estrutura, nada megalómana, mas um projeto sustentável em termos de gestão financeira. Apenas um centro museológico que dignifique as visitas à Casa Grande. Que a presente proposta consta do mapeamento da Cultura, para candidatura. Nesta sequência, e considerando haver no Alto Minho uma série de casas ligadas a escritores, informou da apresentação, na CCDR, de um projeto para “A rota dos escritores”. Está a ser feita uma candidatura conjunta, estando o Município de Paredes de Coura encarregado da sua preparação, considerando que uma candidatura conjunta tem mais probabilidades de ser aprovada. -----

= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL=

Ponto n.º 2 - Apreciação, discussão e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal nos termos do n.º 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2016. -----

----- **Presidente da Câmara:** designou o presente Orçamento, como o “Orçamento do Emprego”. Tem o objetivo concreto de criação de emprego. O emprego gera bem-estar para as famílias e, ao mesmo tempo, riqueza e receita, para auxiliar os mais desfavorecidos. Paredes de Coura nunca será um território da moda dos colóquios ou dos seminários empresariais, nem um território do famoso empreendedorismo que se esgota no *glamour* das palavras, mas um município que compreende o tempo e as necessidades dos empresários. Têm trabalhado muito para criar um clima de confiança propício ao investimento, sendo, por isso, um executivo com velocidade institucional. -----

----- Nos últimos tempos, Paredes de Coura foi dos concelhos que mais emprego criou. Estão, neste momento, duas empresas a investir em novas unidades fabris, outra continua o seu caminho de crescimento sustentado, ou seja, brevemente, Paredes de Coura poderá ter novas fábricas o que significará a criação de novos postos de trabalho. Salientou que a criação de emprego é sempre resultado de bom trabalho e de boa governação. Assim, foram orçados setecentos mil euros para expansão, requalificação e melhoramento das zonas industriais e, brevemente, prevê-se um investimento de 260 mil euros. Sendo a criação de emprego uma prioridade, a educação e a cultura

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são duas áreas privilegiadas na sua governação e no seu orçamento. Através da educação e da cultura, preparam-se os jovens para enfrentar o futuro. O investimento nesta área é de dois milhões duzentos e dezanove mil setecentos e cinquenta euros, o que representa 20% do orçamento.-----

----- Disse não esquecer, também, os problemas comuns das pessoas, arruamentos deteriorados e os equipamentos degradados, que com pequenas obras podem ser colocados ao serviço da comunidade. Neste campo de análise, referiu que o exercício orçamental torna-se mais claro quando compara os próximos investimentos com os investimentos do passado. Até à presente data, foi investido nas freguesias um valor próximo dos dois milhões de euros, grande parte, na construção e requalificação da rede viária. Ao mesmo tempo, requalificaram-se dois equipamentos: piscinas e pavilhão que têm uma grande importância no desporto escolar e na promoção da atividade desportiva de toda a comunidade courense. Requalificaram uma grande parte da escola secundária, o museu municipal, que abriu com uma imagem moderna, e requalificaram, regeneraram e melhoraram o espaço central da vila. Fizeram a caixa dos brinquedos, a caixa de música e a loja de turismo. Um investimento de quase dois milhões de euros, tudo isto em dois anos de governação. -----

----- Reduziram o valor de dois milhões trezentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e seis euros, à dívida. É a Câmara que melhor paga no distrito. Além da redução da dívida, não perderam a capacidade de investir. Nos próximos anos, vão continuar a investir cerca de um milhão trezentos e quarenta e sete mil trezentos e cinquenta euros na rede viária e, já em 2016, serão investidos sessenta e nove mil oitocentos e quatro euros. Em síntese, disse não ser um orçamento comum, mas um orçamento feito para as pessoas e para a criação de emprego. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** disse que seria menos técnico do que nos anos anteriores. Que sendo evidente a sua atenção à apresentação dos documentos pelo presidente da Câmara, também é evidente que quando analisa o orçamento, observa-o relativamente às promessas da campanha eleitoral. A frase que mais o marcou na campanha foi “ousar mudar” e, assim sendo, perguntou aos presidentes das juntas presentes se notavam mudanças radicais nas suas freguesias, à medida que caminham para o terceiro e quarto ano do mandato. A presente governação avançou na continuidade. Reconheceu o esforço em algumas áreas. Que há, realmente, aumento de emprego, mas é evidente que tinha de comparar com os postos de trabalhos criados pelo presidente Pereira Júnior. A criação de emprego é uma das suas obrigações, não se pode demitir dessa área. -----

----- Disse que, de forma simples, o presidente está a fixar os que estão cá, no entanto, perdem e, obviamente, irão continuar a perder um certo público e continuar, certamente, a desertificar. Isso vê-se e sente-se nas freguesias. Não há gente, não há jovens. Considerou a sua freguesia um claro exemplo disso, não conseguem fixar os jovens nem os casais jovens, como deveriam. Há muitos problemas e hoje não é só o emprego ou dar emprego, as pessoas, de forma legítima, têm mais expectativas sociais e não se satisfazem com quinhentos e seiscentos euros por mês. Querem mais. Encontra gente, todos os dias, que tenta melhorar. É evidente que reconhece a diminuição do valor do orçamento – 2014: 13 milhões; 2015: 12 milhões; 2016: 11 milhões. Há contração. Já viu o presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais pragmático. Questionou o que prometeu com a expressão “ousar mudar”. Era para mudar muita coisa. Foi uma promessa. Que iriam aparecer receitas nos impostos indiretos, mas o que realmente aumentou foram os impostos sobre imóveis e sobre circulação. Precisam de empresas que criem emprego mas que também paguem impostos. -----

----- **Rosalina Martins (PS)**: manifestou a sua preocupação em deixar um planeta saudável aos vindouros. A necessidade de que todos tenham a noção de que as catástrofes ambientais provocadas pelas alterações climáticas estão, cada vez, mais perto. Têm mesmo de trabalhar e criar uma consciência de preservação do meio ambiente e começar com ideias simples como a separação dos resíduos e a eficiência energética. Todos têm de dar o seu contributo para deixar um planeta melhor aos filhos. O desenvolvimento sustentável é de grande importância, para além da criação de emprego, da cultura e da educação, sobretudo, num concelho com uma paisagem fantástica e com qualidade de vida. É necessário preservá-lo para os descendentes e não deixar só obra em betão. -----

----- **Dinis Pereira (PSD)**: disse que, na sequência de uma atividade escolar, ou seja, num passeio com uma turma da Escola Secundária, pelo concelho, verificou que o concelho se encontra dividido em duas partes: uma com e outra sem movimento. Da vila até Rubiães encontraram menos de meia dúzia de pessoas. Em Rubiães, no Caminho de Santiago, encontraram pessoas de todo o mundo. É a zona do concelho onde parte da população se dedica e vive do turismo, através da restauração e do alojamento. Aconselhou a pensar em situações idênticas. Que há vários exemplos a nível nacional, desde o interior ao litoral, que de um momento para o outro passaram a ser conhecidas e frequentadas por turistas. Embora concordando com o orçamento apresentado, ora em discussão, referiu que à exceção do “Festival de Paredes de Coura”, as atividades realizadas ao fim de semana, não trazem quase ninguém. É importante chamar gente para o concelho. O desenvolvimento faz-se no concelho com recurso ao privado, não podendo ser o Estado a financiar tudo. Referiu que esta observação não era uma crítica mas um complemento.-----

----- **Manuel Miranda (PS)**: sobre o orçamento disse que todas as pessoas têm o direito de dizer o que entendem. E o membro João Paulo Alves também tem o direito a exprimir as ideias que exprimiu, mas também deve ter alguns laivos de justiça e de seriedade naquilo que diz. Na observação feita sobre a diminuição de algumas verbas, esqueceu o que se viveu durante quatro anos e que, em apenas dois anos, a autarquia fez um trabalho extraordinário. Esqueceu que o Governo de Passos Coelho diminuiu as receitas do FEF. Esqueceu que o Governo de Passos Coelho fez a descentralização de serviços sem o devido pacote financeiro, e essa descentralização caiu nas autarquias. As autarquias têm feito muito serviço da competência do Estado. Além disso, as autarquias que melhor se comportam, Paredes de Coura incluída, têm de contribuir para o FAM, com verbas significativas. Tudo isso contribuiu para a diminuição do orçamento. Pediu lealdade quanto às observações que fazem ao trabalho realizado. Não se pode ver só um aspeto sem se ver o outro.

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Durante dois anos esta autarquia fez um trabalho de obras de requalificação da escola secundária, do pavilhão, das piscinas e de outras tantas que estavam a precisar de manutenção. Tudo isto no fim de um Quadro Comunitário, com muito esforço dos funcionários que preparam candidaturas para poderem aproveitar as verbas. Sem esse trabalho, não teria feito essas obras. Por tudo isto, considerou injustas as observações. -----

----- **João Paulo Alves:** denominou os termos usados por Manuel Miranda de “muito fortes”, no entanto, que estava desatento quando, no início, disse que todos deveriam ver de onde partiram. Puseram a fasquia muito alta e o seu discurso parte daí. Seria diferente se a colocação da fasquia tivesse sido mais baixa. -----

----- **Presidente da Câmara:** manifestou surpresa pela expressão de “fasquia alta” considerando que nos comícios sempre assumiu ter um programa imperfeito, ingénuo e de não prometer o que não poderia cumprir. Falar de continuidade é forma de fazer oposição sem grande substância, além de que, continuidade é um termo politicamente aceitável, mas não corresponde à realidade nem àquilo que estão a fazer. A perda de gente é um problema de demografia e a curva demográfica muda pela economia e pela mentalidade das pessoas. Quando refere que o orçamento é voltado para o emprego é porque entende que é aí que deve centrar todas as atenções porque é o emprego que cria dinâmica, usando, por isso, a influência e a capacidade para captar investimentos. Estas verificam-se pelos atos, pela velocidade institucional, pelo ambiente favorável. Disse aceitar as críticas como modo de o obrigar a maior empenho e a fazer cada vez mais e melhor, mas considerou que até a oposição reconheceu estar no bom caminho. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** referiu ter a sua opinião, o presidente tem a dele. Tem mais dois anos pela frente e desejou-lhe toda a sorte. Disse esperar que a rua central da vila esteja cheia de gente, a entrar nas finanças, nos bancos, nos comércios, na restauração. Ninguém pode contrariar que se verificam dificuldades, os empresários locais, contabilistas, veterinários, restauração sentem que há cada vez menos gente. Quando passa pelas freguesias, que conhece, estabelece a diferença entre as pessoas que há e que as havia, há anos atrás. -----

----- **Presidente da Câmara:** disse que já tinha saudades do membro João Paulo Alves dizer que nada tinha mudado, quando o que não mudou foi o seu lamento, as suas intervenções que continuam as mesmas. Até o PSD mudou, mas o PCP continua o mesmo de sempre, pessimista, sem esperança na sua terra, sem acreditar na capacidade de a transformar. -----

----- **Dinis Pereira Fernandes:** referiu que em relação ao índice de transparência municipal, publicado todos os anos, vêm-se oscilações em diferentes autarquias. A autarquia de Paredes de Coura, em três anos consecutivos – 2013, 2014 e 2015 - manteve-se no índice 190. Não querendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elogiar ou denegrir ninguém e reconhecendo haver alguma aposta na divulgação de conteúdos web, questiona se é suficiente. Perguntou se esses dados são confiáveis. -----

----- **Presidente de Câmara:** Respondeu que o índice de transparência nada tem a ver com o índice de ética ou integridade, mas com a quantidade e rapidez no acesso à informação disponibilizada. Pode haver incumprimento das regras mas desde que toda a informação esteja vertida no portal, é suficiente para a subida do *ranking*. Disse não querer tirar credibilidade a esses índices de transparência, mas que não confundam transparência com ética ou inconformidade com a lei. Não há semana nenhuma que a câmara não receba um *ranking* qualquer: do tratamento dos lixos, das acessibilidades, de imagem pública, de empresas especializadas para, logo de seguida, proporem a venda de serviços de consultadoria. O atraso na colocação das atas da Câmara no portal é suficiente para a descida do índice, a impossibilidade de consultar um concurso também contribui negativamente para o lugar do ranking. Com consciência, não pela transparência, porque nesse campo, disse não receber lições, informou estar em preparação um portal mais moderno e mais dinâmico, onde a informação poderá ser consultada com maior rapidez e facilidade. -----

----- **Submetidos à votação, os documentos das Opções do Plano e Orçamento e o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2016, foram aprovados por maioria com: 24 votos a favor (18-PS; 5-PSD; 1-Independente); 6 abstenções do PSD e um voto contra do PCP.**-----

----- **O grupo municipal do PSD apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor:**
“Embora o Orçamento e o Plano apresentados não contemplem as sugestões do PSD, no âmbito da sua audição ao abrigo do estatuto da oposição, em particular, na decisão de manter-se a iluminação pública acesa nas freguesias toda a noite, que propusemos na referida audição, bem como não vemos na medida em que decidiríamos, um intenso apoio à atividade económica e empresarial, os documentos apresentados refletem, como referido pelos senhores Vereadores do PSD, as Políticas e Estratégias de Investimento para o concelho, cuja maioria assume na íntegra a definição dessas mesmas políticas e estratégias pelo que os membros eleitos do PSD abstêm-se na votação. Em todo caso, apresentamos, desde já aos trabalhadores da Câmara Municipal, o nosso reconhecimento pelo trabalho e empenho que têm vindo a ser dedicados, que notamos e agora sublinhamos, evidenciado pela análise do Quadro de Pessoal, quando podemos constatar que 171 colaboradores fazem o trabalho de 196 (25 vagas). A todos os colaboradores da Câmara Municipal, muito obrigado”. -----

----- **Este ponto foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.** -----

----- **Foi autorizado, por unanimidade, o prolongamento dos trabalhos, para além da hora de encerramento (24,00 horas).**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO =

Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação da autorização para contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2016, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que nem sempre as transferências do Estado chegam atempadamente para acudir aos compromissos, por isso a necessidade do presente pedido de empréstimo. Acontece, frequentemente, executar o empréstimo e pagá-lo poucos dias depois. -----

----- Submetida à votação, a proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2016, foi aprovada, por unanimidade.-----

----- Foi apresentada uma declaração de voto, com o seguinte teor: *"O PSD contribui positivamente para que a Câmara Municipal possa ter os meios financeiros que considera adequados para a execução do seu Plano de Atividades, em particular as obras nas freguesias, pelo que votamos a favor".-----*

----- Este ponto foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos. -----

= DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do n.º3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.-----

----- **Presidente da Câmara-** Informou ser mais uma competência que a Assembleia pode delegar no presidente da Câmara, com a vantagem de tornar os procedimentos mais céleres.-----

----- Submetida à votação, a proposta de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais foi aprovada, por unanimidade.-----

----- Este ponto foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos. -----

= DA LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 5 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30-11-2015, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 30-04-2015, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

= FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DOMÍNIO PÚBLICO =

Ponto n.º 6 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta para a fixação da TMDP em 0%, para o ano de 2016.-----

----- Submetida à votação, a proposta para a fixação da TMDP em 0% para o ano de 2016, foi aprovada, por unanimidade.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O porta-voz do PSD apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor: *“Votamos a favor, tendo como cenário a expectativa do serviço poder chegar a todos os Courenses, a preços e qualidade competitivos”*. -----

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

Ponto nº 7 - Apreciação, discussão e votação de proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura, conforme planta e memória descritiva anexados como documentos à ata e dela ficam a fazer parte integrante. -----

----- **Presidente da Câmara:** informou que a reabilitação urbanística será uma das apostas prioritárias do próximo Quadro Comunitário, já definido pelo anterior Governo. Para concorrer aos fundos comunitários, é indispensável um projeto de delimitação da área urbana. Esta é uma primeira fase do trabalho. Seguir-se-á um trabalho mais elaborado. Eventualmente, poderá não se circunscrever apenas à vila, mas integrar alguns espaços das freguesias. -----

----- **Submetida à votação, a proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana, foi aprovada, por unanimidade.** -----

----- O porta-voz do PSD apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor: *“Embora se defenda que a Área Urbana também se deva expandir para Formariz, não percebemos bem como uma parte significativa da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende (em particular de Resende), com forte implantação urbana, não esteja incluída na área apresentada* -----

----- **Este ponto foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.** -----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=

Ponto n.º 8 – Intervenção do público. -----

----- **Não houve intervenção do público.** -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária. -----